

COMUNICADO

O Conselho Geral do Conselho Nacional das Ordens Profissionais – CNOP, reunido ontem, deliberou, por unanimidade, reafirmar publicamente, junto dos poderes públicos e dos cidadãos através dos órgãos de comunicação social, terem as Ordens que nele se agrupam a defesa do interesse público e a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos como sua missão primordial, pelo que só podem manifestar a sua perplexidade, desagrado e oposição pelo modo como está a decorrer o processo de revisão dos estatutos destas mesmas Ordens..

Perplexidade, por a invocada urgência em se concluir este processo de revisão estatutária ainda na presente sessão legislativa, para assim, supostamente, se garantir a transferência de fundos comunitários, não encontrar, afinal, correspondência na ação governativa, pois, à presente data, continua-se a desconhecer o texto final da proposta de Lei que revê 8 dos 20 estatutos das Ordens e ignora-se qual a posição do Governo no que respeita à revisão estatutária nas 12 Ordens restantes.

Desagrado, por aquela proposta de Lei, no que dela se sabe, não contemplar pontos que se julgavam acordados nas reuniões entre as 8 Ordens, a que ela se aplica, e as respetivas tutelas governamentais, o que descredibiliza esses processos negociais e põe em causa a sua utilidade prática.

Oposição, à degradação da autonomia das Ordens na autorregulação das profissões por elas representadas, patente não só na redução dos atos próprios daquelas profissões, como pela possibilidade, agora aberta pela criação de sociedades multidisciplinares, dos atos próprios ainda subsistentes poderem vir a ser exercidos por quem não tenha as necessárias competências profissionais, e sem garantias efetivas de um efetivo controlo disciplinar.

A autorregulação de profissões regulamentadas visa, acima de tudo, salvaguardar o interesse público na prestação de serviços de qualidade aos cidadãos, o que exige um quadro de estabilidade e de absoluta clareza na definição das condições e regras do seu exercício. Só arcaicos preconceitos contra Ordens profissionais é que podem justificar uma alteração substancial nessas condições e regras de exercício, que agora se pretendem impor.

É esta uma matéria complexa, que exige uma análise profunda e uma responsabilidade coletiva que não se compadece com urgências, que agora se revelam inexecutáveis e para a qual as Ordens, que agrupam mais de 400 000 profissionais com as mais elevadas qualificações e competências do País, devem, e querem, contribuir para o encontro das melhores soluções normativas, protegendo o interesse público, e a qualidade dos serviços prestados aos utilizadores finais.

As Ordens Profissionais reiteram a sua total disponibilidade e firme empenho na continuação de um diálogo franco e construtivo com os poderes públicos, sem, contudo, abrirem mão de se manterem empenhados na defesa do interesse público e da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores finais pelos profissionais que representam.

6 de junho de 2023, O Presidente do CNOP, António Mendonça, Bastonário da Ordem dos Economistas.